



Povos de terreiro na resistência à mineração na Serra do Curral

**Repertórios de luta do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango
e da Associação Espírita Pai Benedito de Aruanda**

Em Minas Gerais, a mineração não é exceção. É uma regra, imposta por um modelo econômico que se atualiza ao longo do tempo, incorporando novas narrativas, para justificar velhas práticas de expropriação. A Serra do Curral é uma área de interesse da mineração, mas também é um território vivo, que faz parte da memória coletiva de diversas comunidades da região, que é atravessada por séculos de exploração e violência colonial, mas também é berço da resistência popular de povos de matriz africana. Ao acompanhar as experiências do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, em Belo Horizonte (MG), e do Terreiro de Pai Benedito de

Aruanda, em Nova Lima (MG), esta publicação registra e compartilha estratégias sofisticadas de resistência ao avanço da mineração, que articulam espiritualidade e ação política e evidenciam que os povos de terreiro são sujeitos políticos centrais na luta por justiça socioambiental. As trajetórias dessas coletividades mostram que o enfrentamento à crise climática passa por romper com o pacto extrativista e colonial que estrutura o modelo de desenvolvimento no Brasil. Defender a Serra do Curral, para essas comunidades, é defender a vida em sua totalidade – e afirmar que outros futuros são possíveis.

1. INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais é marcado pela presença predatória da mineração desde os tempos coloniais até a atualidade – uma expressão da relação histórica de exploração dos bens comuns brasileiros pelo circuito produtivo global e especialmente pelos países ricos, sob o regime neoextrativista. Dos minérios preciosos e raros¹ àqueles que são essenciais para as cadeias produtivas, o estado é o maior exportador de minérios do país.²

O debate em torno das mudanças climáticas e a corrida pela descarbonização acentuaram o caráter estratégico da mineração, sobretudo no que se refere à exploração dos minerais de transição, como cobre e lítio. A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, realizada no Brasil, em Belém (PA), ficou conhecida também como “COP da mineração”, pela centralidade do debate sobre exploração mineral em países do sul global para produção de insumos para a transição energética. Nesse cenário, governos e empresas buscaram posicionar o setor sob o rótulo das políticas de sustentabilidade corporativa, alegando um suposto compromisso com a conservação da natureza e com os modos de vida dos povos.

Entretanto, esse posicionamento concorre com um cenário de devastação aterrador, que provoca conflitos socioambientais e violações aos direitos humanos, de comunidades e da natureza. Um exemplo é o caso do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, da Vale S.A., em Brumadinho, em 2019, um dos crimes ambientais mais graves da história recente do país – 272 pessoas morreram e as terras e águas da região foram contaminadas, destruindo ecos-

sistemas e modos de vida tradicionais. Meses depois, um relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM) apontou que essa tragédia poderia ter sido evitada pela empresa.³ Esses casos expõem o contrário da responsabilidade: a destruição de ecossistemas e de modos de vida e a negligência e impunidade das empresas. Até hoje, muitas famílias seguem sem medidas adequadas de reparação, com seus modos de vida inviabilizados, enquanto a Vale S.A. ostenta o status de principal patrocinadora da COP 30, em franca expansão para se tornar uma das maiores empresas do mundo no mercado dos minerais de transição.⁴

Brumadinho faz parte do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero⁵, uma região de aproximadamente 7 mil km², que concentra o segundo maior polo de exploração de minério de ferro do país. As cicatrizes nas montanhas e o ar avermelhado, por causa da alta concentração de particulado, são evidências da onipresença da exploração minerária que, por sua vez, tem efeitos perenes na saúde, no acesso a bens essenciais e nas relações sociais de todo território ao redor.

Um dos limites do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero é a Serra do Curral, elemento natural que compõe a paisagem de diversas cidades da região metropolitana de Belo Horizonte. No campo simbólico, é um patrimônio cultural inscrito na memória coletiva e que compõe a identidade da população mineira, especialmente da cidade de Belo Horizonte. No campo ecológico, é um bem comum que abriga uma rica biodiversidade, incluindo uma floresta de transição entre a mata atlântica e o cerrado, animais ameaçados de extinção e nascentes que alimentam as bacias do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas, que, por sua vez, abastecem

vastas regiões do estado de Minas Gerais.

A exploração de minérios na serra começa no século XIX, com o ouro. Depois de um processo de arrefecimento, as atividades foram retomadas a todo vapor com a mineração de ferro em escala industrial. O avanço da exploração foi acompanhado por mobilizações em defesa da Serra do Curral, que resultaram no tombamento parcial da vertente de Belo Horizonte, na década de 1960.

Mais recentemente, ganha força o movimento por territórios livres de mineração, que traz propostas qualificadas sobre como superar o modelo minerário vigente e defende que a atividade não pode acontecer em territórios tradicionais ou onde há bens indispensáveis para sustentação da vida.

Neste contexto, um instrumento importante para tentar proteger a Serra do Curral é o mecanismo da patrimonialização. Em 2020 ganhou mais expressão a proposta de transformar a serra numa Unidade de Conservação, através do Projeto de Lei Estadual nº 1.449/2023. A medida defende o tombamento integral, regulando o uso e manejo e destacando seu caráter coletivo. Esse é um avanço para as medidas de conservação, pois estas deixariam de observar as normas fragmentadas de cada município para seguir diretrizes unificadas.

A mobilização do PL foi também uma resposta ao avanço abrupto da abertura de novos empreendimentos e da mineração na região, observado notavelmente durante a gestão do governador Romeu Zema (2019-). Parlamentares, juristas e movimentos sociais denunciam a aceleração e irregularidades em

processos de licenciamento ambiental e a problemática nomeação de aliados de minadoras para cargos públicos responsáveis por fiscalizar as empresas.⁶ Em 2025, a “operação Rejeitos” revelou um sistema de corrupção envolvendo políticos, empresários e funcionários públicos do alto escalão para liberar licenças e legitimar a mineração ilegal em Minas Gerais,⁷ incluindo empresas que atuam na Serra do Curral.⁸

Na outra ponta da cadeia produtiva, diversas cidades enfrentam conflitos relacionados ao processo de fechamento de minas, nos quais as empresas violam os procedimentos regulamentares e mantêm relações de poder abusivas. As empresas são proprietárias de vastas extensões de terra e outras infraestruturas, assim, quando não abandonam minas ou cavas⁹ a céu aberto, modificam seu modo de operação, atuando através de organizações de investimento social privado, mantendo assim a propriedade e/ou influência sobre o território. Sai a mineração, entra a especulação imobiliária.

Esse cenário de múltiplas artimanhas de violência e exploração exige múltiplos repertórios de resistência. Esta publicação foca em um grupo que tem consolidado sua identidade como comunidade tradicional com papel chave na transformação da relação sociedade-natureza e no combate às mudanças climáticas: os povos de matriz africana. Através de um esteio cultural afro-indígena-brasileiro e da dimensão sagrada, essas comunidades propõem relações coletivas e harmônicas com a natureza e, de forma mais objetiva, muitas vezes são barreiras contra o avanço de megaempreendimentos nos territórios e a infiltração de valores neoliberais nas relações.

Esta publicação está inserida no âmbito da **Caravana Contra os Racismos Religiosos**, iniciativa que problematiza o avanço dos fundamentalismos e suas expressões no campo político e econômico, bem como seus impactos sobre comunidades e territórios. Ao se articular ao racismo estrutural, o fundamentalismo religioso opera na produção de estereótipos, estigmas e mecanismos de desumanização sobre os povos de matriz africana. Esse processo não apenas legitima violências simbólicas e materiais, mas também produz uma espécie de autorização social para práticas de violação, entre elas a expropriação de territórios sagrados,¹⁰ a criminalização de rituais e a negação de direitos fundamentais.

Além da denúncia desse método perverso do projeto político neoliberal, que ganha contornos ainda mais agressivos com o avanço global da extrema direita, busca-se, através desta publicação, expandir a compreensão sobre o papel dos povos de matriz africana no enfrentamento ao avanço de megaprojetos de mineração sobre territórios sagrados. Para conhecer essas experiências em profundidade, foram realizadas entrevistas e visitas em dois terreiros situados nos arredores da Serra do Curral, cada um diretamente conectado a etapas distintas do processo produtivo da mineração: o licenciamento ambiental e o fechamento de minas. Esses diálogos foram fundamentais qualificar a atuação dessas comunidades, evidenciando ferramentas, estratégias e temas aos quais estão articulados em um horizonte político mais amplo.

O primeiro caso é o do **Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango**, de Belo Horizonte, que tem um dos seus territórios sagrados na Mata da Baleia.

Essa região é muito próxima a várias cavas mineradoras, que impactam diretamente os modos de vida da comunidade. Devido a uma organização política sólida, herança de um processo de luta por direitos que faz parte do repertório do Kilombo há muitos anos, a comunidade impediu o licenciamento do Complexo Minerário Serra do Taquaril, da Tamisa. Para isso, foi acionada a convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que comunidades tradicionais devem ser consultadas de forma livre e informada antes da instalação de qualquer empreendimento.

O segundo caso é o da **Associação Espírita Pai Benedito de Aruanda**, terreiro de Umbanda que fica do outro lado da Serra do Curral, na cidade de Nova Lima. A comunidade enfrenta um contexto desafiador de negociação com uma das maiores empresas de mineração de ouro do mundo: a Anglogold Ashanti, que está concludo o processo de fechamento da Mina Grande, criada no século XIX e que parou de operar nos anos 2000. No entanto, a empresa continua atuando na cidade, através de propriedades imobiliárias, da relação estreita com o poder público e do investimento social privado, gerenciando inclusive a memória sobre a atuação da empresa no território. Nessa arena, a comunidade vem defendendo o direito à memória como prática de reparação que resulte na responsabilização da empresa pelas violações cometidas ao longo de séculos de exploração.

Ao evidenciar essas práticas, busca-se não apenas compreender os mecanismos de resistência à mineração na Serra do Curral, mas também ampliar a percepção sobre a qualida-

-de da articulação política dessas comunidades, cujas formas de organização se alimentam tanto da luta histórica dos movimentos sociais quanto das cosmopercepções afro-brasileiras, fortes fundamentos dos povos de matriz africana.

Assim, esta publicação contribui para reconhecer a potência dessas experiências na formulação de alternativas concretas para a realização da justiça territorial e socioambiental, que podem, por sua vez, inspirar a atuação de outros aliados na luta contra o paradigma predatório do desenvolvimento capitalista.

2. KILOMBU MANZO NGUNZO KAIANGO ACIONA CONVENÇÃO 169 E IMPEDE LICENCIAMENTO PARA MINERAÇÃO NA SERRA DO CURRAL



Da esquerda para a direita: lideranças do Kilombu Manzo, Mam'etu Sessy Luanvy e Makota Cassia Kidoiale.

O Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango foi fundado na década de 1950. Como tantas comunidades negras urbanas, nasce do deslocamento de ancestrais que vieram do interior, em busca de trabalho na cidade em expansão, como as mãos que constroem, cuidam e sustentam a vida urbana. Foi nesse contexto que a matriarca Mametu Muiandê, vinda de Ouro Preto, se estabeleceu. Sua trajetória espiritual deu origem à comunidade que, com o tempo, cres-

ceu e se fortaleceu, entre filhos de sangue e de santo.

O Kilombu Manzo confluí a experiência de ser uma comunidade quilombola e de matriz afroreligiosa. No seu cotidiano, o espiritual e o material não se separam: são dimensões que se entrelaçam em todas as decisões e modos de viver, com formas próprias de organização e pensamento que confrontam à racionalidade ocidental, articulando sagrado e política, comunidade e natureza.

Exemplo disso é que o processo de reconhecimento como comunidade tradicional foi orientado, sob a tradição da Umbanda e do Candomblé Angola, por guias espirituais como Exu Paredão, Caboclo Ubirajara e, especialmente, o preto Velho Pai Benedito, que além de ter papel central na formação dos filhos de Mametu, ainda orienta e participa das decisões políticas.

Na Umbanda, Pai Benedito é um Preto Velho, sábio e um curandeiro poderoso. Nessa publicação, ele é um grande protagonista, sendo mentor espiritual e político dos dois terreiros entrevistados. No Kilombu Manzo, foi ele quem indicou o território onde a comunidade deveria se firmar e designou missões específicas aos quatro filhos biológicos de Mametu Muiandê. Às filhas, Makota Kidoialê e Mãe Sessy Luanvy, confiou a tarefa de serem pontes entre o mundo sagrado e o “mundo real”. Mãe Sessy ficou responsável pelo cuidado dos terreiros de Umbanda e Candomblé e Makota Kidoialê por “aprender a língua dos brancos” para representar o Kilombu nos espaços de poder e garantir a realização dos sonhos de Pai Benedito, sendo o maior deles a regularização do território.

Em sua trajetória, mesmo diante de inúmeras violências, a comunidade acumulou vitórias importantes, como o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Palmares, em 2007, e o título de Patrimônio Cultural Imaterial de Belo Horizonte, em 2018. Com a projeção da sua luta, algo tornou-se evidente: a missão da comunidade não estava somente na defesa dos seus próprios direitos, mas na atuação em um projeto coletivo de defesa dos direitos dos povos tradicionais e no enfrentamento ao modelo mineral vigente.

A comunidade tem defendido a necessidade de ampliar o conceito institucional de quilombo, chamando atenção para o fato de que o Estado ainda tende a tratá-los como experiências exclusivamente rurais ou como reminiscências de um passado fixado no imaginário nacional. O Kilombu, ao contrário, sustenta uma concepção viva e contemporânea: vê os quilombos como forma de organização política, social e espiritual do povo negro, que se reinventa e persiste em diferentes tempos e territórios.

“Quilombo é um modo do povo preto se organizar e sobreviver”

Makota Kidoialê

Para Makota Kidoialê, “é uma luta até hoje pela questão do território e pela regularização”. Ela defende que “terreiros, favelas e ocupações são quilombos, só que mudou o século – quilombo é um modo do povo preto se organizar e sobreviver”.

Assim como os quilombos, os povos de matriz africana apresentam formas de existência e organização específicas. A reivindicação dessa categoria, que engloba uma diversidade de

modos de viver e de expressões religiosas afro-brasileiras, remonta a um processo histórico de organização para combater o racismo, a intolerância religiosa e garantir direitos e políticas públicas para essas comunidades. Desde as primeiras associações de candomblecistas e umbandistas, nos anos 1930, até a aproximação crescente com o movimento negro ao longo do século XX,¹¹ essas comunidades têm produzido respostas políticas sofisticadas, atualizadas e enraizadas em suas tradições. No início dos anos 2000, essas comunidades passaram a ocupar com mais força a agenda da igualdade racial, impulsionada por marcos institucionais e debates públicos que tensionaram a ideia de reparação e ampliaram a compreensão do que significa garantir justiça a populações historicamente violentadas.

Frente ao avanço de megaprojetos de desenvolvimento que se instalaram sobre territórios tradicionais e sagrados, as comunidades de matriz africana têm atuado como guardiãs de rios, florestas, manguezais, montanhas e outros bens comuns, da destruição que acompanha a instalação desses empreendimentos. Elas são parte da luta por territórios livres de mineração, que se opõe a narrativa da inevitabilidade da atividade, defendendo que espaços de caráter coletivo bem como outros bens materiais e imateriais que dão suporte a identidades coletivas devem ser mantidos livres da mineração.¹²

O Kilombu Manzo é uma referência na defesa de seu território sagrado, a Serra do Curral.

Em entrevista, as lideranças do Kilombu contam sobre a relação com a região da Mata da Baleia ao longo de suas vidas e trajetórias espirituais. A região é um lugar de subsistência, de práticas religiosas e de conexão com seus ancestrais.

“Aqui a gente ensina as crianças que, quando a gente morre, a gente é plantado. Outro dia, meu neto falou: ‘vovó, quando você morrer, você vai para o céu?’. Eu falei: ‘não, você pode me sentir numa árvore, que com certeza vai estar na Serra do Curral, porque foi ali onde eu vivi boa parte da minha infância e onde eu conversei com os meus ancestrais. Com certeza é ali que eu vou nascer, perto dos meus. Então se você sentir falta de mim, você vai lá e abraça uma árvore, que você vai me sentir’.

Quando a gente leva a comida do santo para a mata, por exemplo, a gente leva para os nossos ancestrais, para que eles comam junto com a gente. Então eu não posso dizer que a Serra é, para mim, um lugar sagrado, porque a Serra é parte de mim”

Makota Kidoialê

Em entrevista, as lideranças do Kilombu Manzo compartilham com tristeza como, ao longo do tempo, viram o território ser degradado, com a poluição do ar e das águas e o aumento de doenças na população, por causa do avanço das mineradoras. Makota Kidoialê conta que “hoje a gente está num lugar onde a poluição tomou conta de qualquer possibilidade de você respirar naturalmente – as crianças nascem todas com doenças respiratórias e, quando chega certa idade, todas nós temos pressão alta – então o lugar, hoje, é um lugar doente, mas ele era saudável, vivo e bonito”.

Não são poucos os casos de violação de direitos e de mineração ilegal na Serra do Curral. Nos últimos anos, empresas como a Gute Sitch,¹³

Fleurs¹⁴ e EMPABRA¹⁵ enfrentam diversos processos por infringir áreas tombadas, manipular legislações ambientais e operar sem licença, para citar algumas de suas práticas ilícitas. Além das mobilizações sociais que denunciaram a ação criminosa das empresas, como é o caso da campanha “Tire o pé da minha serra”,¹⁶ em 2025, a “Operação Rejeitos” identificou o grave envolvimento de órgãos públicos de meio ambiente, de patrimônio, da Agência Nacional de Mineração e de parlamentares em um grande esquema de fraudes na concessão de licenciamento ambiental para a mineração na região.¹⁷

A Mina Granja Corumi, da EMPABRA, localizada nas proximidades do território do Kilombu Manzo, ilustra a persistência das irregularidades. Mesmo após dezenas de ações judiciais, incluindo decisões que responsabilizam a empresa pela recuperação ambiental, suas cavas permanecem abandonadas e os danos continuam afetando diretamente os modos de vida da comunidade. As lideranças relatam que a atuação das mineradoras contribuiu significativamente para o adoecimento do território e de sua população, reduzindo a vazão dos rios, contaminando lençóis freáticos¹⁸ emitindo partículas tóxicas no ar e até restringindo a circulação na mata.

Em 2022, o Kilombu Manzo precisou enfrentar a tentativa de instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), da empresa Tamisa, na Serra do Curral.

Denúncias indicaram que o licenciamento ambiental do empreendimento foi acelerado justamente durante a tramitação do projeto de ampliação do tombamento da Serra do Curral,

em debate desde 2020¹⁹. Esse movimento levantou suspeitas sobre a intenção de antecipar a aprovação antes do fortalecimento dos mecanismos de proteção ao território. Diversas ações buscaram suspender o processo, apontando irregularidades de ordem técnica e jurídica.

A medida decisiva, entretanto, foi a identificação do descumprimento da obrigação de realizar a consulta prévia, livre, informada e de boa fé junto à comunidade quilombola, conforme determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989), ratificada pelo Brasil em 2004.²⁰

O caso tornou-se emblemático para a garantia dos direitos territoriais de comunidades tradicionais, integrando, assim, um amplo repertório de resistência político-comunitária, que vem ganhando cada vez mais fôlego no Brasil, frente à expansão de megaprojetos de desenvolvimento. A consulta livre, prévia, informada e de boa fé é um direito das comunidades tradicionais diante de qualquer medida que possa impactar seu território e modo de vida, sejam obras, empreendimentos ou políticas públicas. Ela estabelece que na relação entre as partes (comunidades, Estado e empresas), devem ser garantidos alguns procedimentos: a consulta deve ser realizada antes do início do projeto, deve ser de boa fé, cumprindo as determinações de como a comunidade quer ser escutada, sem exercer nenhuma pressão e fornecendo todas as informações necessárias para a análise do caso.

Dante da ameaça da Tamisa, que iniciou os processos de licenciamento sem dialogar com a comunidade, o Kilombu Manzo elaborou o seu próprio protocolo de consulta,²¹ um documento

que descreve em detalhes como a empresa deve realizar a consulta junto à comunidade. Assim, quem estabelece os parâmetros do diálogo são as pessoas atingidas e não as empresas. Makota Kidoiale destaca o papel que o grande mestre quilombola Nego Bispo teve não só na elaboração do documento, como na orientação sobre a forma de lidar com os assédios dos representantes da empresa, que aconteciam através de visitas e propostas informais e individualizadas. **O protocolo de consulta foi, nas palavras dela, uma forma de “contratacar”.**

Nesse documento, aparece mais uma vez o protagonismo de Pai Benedito como expressão da relação integrada entre o “mundo real” e o sagrado, quando fica definido que os diálogos devem ser realizados na presença da entidade. Makota explica: “Enquanto minha mãe estiver viva, tem que consultar o Pai Benedito, a terra é dele. Nós só estamos aqui ocupando o território dele. Ele que vai dizer a vocês se ele está de acordo ou não”.

As comunidades não detém o poder de veto aos empreendimentos, o que configura um aspecto problemático da convenção 169. Ainda assim, ela tem se tornado um mecanismo poderoso contra o avanço de megaprojetos sobre territórios tradicionais. Mesmo que em muitos casos o direito seja mobilizado diante de um conflito já instaurado, o que descumpre o elemento da precedência, o direito à consulta tem sido responsável por uma série de embargos que, por sua vez, fortalecem a jurisprudência favorável à soberania dos povos e comunidades tradicionais sobre seus territórios. Outros casos são das comunidades quilombolas de Alcântara (MA), em 2024 e do Povo Xukuru-Kariri (AL) em 2025.

Esse efeito, por sua vez, faz com que surjam movimentos contrários à adesão do Brasil à convenção, que fazem parte de uma frente de desmonte das políticas ambientais e dos direitos territoriais. Em 2021, houve um projeto de lei que tentou retirar o país do tratado internacional, alegando que ele prejudica o desenvolvimento nacional e os processos de licenciamento ambiental, ao limitar a atuação em territórios tradicionais.²² Felizmente, ele não avançou. No entanto, essa iniciativa faz parte de uma lógica de políticas de desmonte dos direitos da natureza e dos povos e comunidades tradicionais que seguem em vigor.

Em 2025, o “PL da devastação”, que afrouxa o sistema de licenciamento ambiental do país, foi aprovado, demonstrando que o compromisso de parte significativa dos parlamentares é com o projeto de exploração da natureza em nome do lucro.²³ Houve também a aprovação do marco temporal, que limita de forma significativa o processo de regularização de terras indígenas. **Esse cenário aponta para a urgência de fortalecer mecanismos de salvaguarda dos direitos da natureza e de povos e comunidades tradicionais.**

Em relação a aplicabilidade da convenção 169, a advogada, antropóloga e assessora jurídica, Helena Dolabela, faz apontamentos importantes. Uma das principais estratégias dos que se opõem à aplicabilidade da convenção, especialmente da extrema direita, é alegar que “falta regulamentação”, ou seja, a não existência de uma lei que defina os procedimentos da consulta segundo parâmetros nacionais. No entanto, ela defende que mesmo sem uma lei específica, a aplicabilidade da convenção 169 é legítima e imediata. Ela ainda acrescenta que o que retar-

da ou impede o licenciamento ambiental é, em muitos casos, a “insistência” no descumprimento da convenção.

Mesmo sendo referência nacional na luta pelos direitos quilombolas e dos povos de terreiro, o Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango ainda enfrenta dificuldade em conquistar direitos territoriais. Parte disso se deve aos dissensos e limitações na capacidade do campo jurídico de incorporar o reconhecimento de quilombos urbanos. Outra parte se deve ao racismo religioso, que impõe uma série de obstáculos diante da autodeterminação da comunidade como terreiro, sob alegações distorcidas de laicidade do Estado.

Esse cenário está em vias de transformação devido ao recente reconhecimento oficial dos povos de matriz africana como comunidades tradicionais, previsto no Decreto 12.278/2024. Essa inclusão na Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais amplia direitos territoriais, fortalece mecanismos de combate ao racismo e à intolerância religiosa, além de garantir que esse grupo seja reconhecido como sujeito de direito e tenha a garantia da consulta livre, prévia e informada. A efetividade dessas garantias, especialmente no caso dos povos de matriz africana, ainda enfrenta entraves como a ausência de arranjos institucionais e de órgãos representativos capazes de assegurar tais direitos, mas é um passo crucial para o reconhecimento do seu papel em defesa das suas comunidades, territórios e da natureza.

A importância dos terreiros, principalmente para a população negra, pobre e periférica, é observada em múltiplos aspectos. No plano simbólico, eles atuam no resgate e na continuidade das identidades africanas e indígenas,

mobilizando a oralidade, as cantigas, a culinária, as festas, os gestos e as práticas de cuidado, como formas de transmitir saberes que a colonialidade tentou (e ainda tenta) silenciar. Essa herança reconecta pessoas cujas histórias, memórias e conhecimentos foram fragmentados por séculos de violência racial, ao mesmo tempo em que, no plano coletivo, contribui para preservar a diversidade cultural brasileira.

Em dimensões mais práticas, os povos de terreiro também constituem uma rede de proteção social fundamental nos territórios onde atuam. Além do papel simbólico e identitário, oferecem atendimentos, acolhimento espiritual e serviços comunitários que respondem diretamente às vulnerabilidades produzidas pelo racismo estrutural, com destaque para suas contribuições à garantia da segurança alimentar, através da prática de distribuição de refeições, enfrentando a fome em territórios vulnerabilizados, e também na promoção de saúde integral, através da sabedoria ancestral das ervas, mobilizando conhecimentos tradicionais que articulam cuidado físico, emocional e espiritual.²⁴

A construção do Kilombu Manzo, assim como de várias comunidades em todo o Brasil, expressa o esforço coletivo necessário para que os mecanismos de defesa dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais sejam garantidos e ampliados. Os desafios específicos dos povos de matriz africana são enfrentados com a orientação espiritual, com a apropriação de mecanismos jurídicos e a associação com lutas históricas do movimento negro e de comunidades tradicionais. Com isso, as lideranças buscam, em consonância com diversos movimentos sociais, a soberania não só sobre a

superfície, mas também sobre o subsolo, dimensão central na disputa com o setor mineral. “O Brasil precisa devolver para nós o subsolo, porque é no subsolo que está a nossa raiz, a nossa energia, as nossas plantas, as nossas ervas e os nossos alimentos”,, defende Makota Kidoialê.

A demanda de que a Serra do Curral seja mantida como território livre de mineração vai além de barrar empreendimentos predatórios. Trata-se de afirmar modos de vida que coexistem harmonicamente com as montanhas, apontando caminhos para um futuro em que o cuidado com a terra, a comunidade e o sagrado não possa mais ser secundarizado em nome do desenvolvimento capitalista.

3. TERREIRO DE PAI BENEDITO LUTA POR REPARAÇÃO INTEGRAL EM NOVA LIMA



Da esquerda para a direita, na frente, estão Mãe Janaina Lírio e Baba Cida. Atrás, João Pedro do Rosário Joaquim, Beatriz Magalhães e Mariana Lopes.

Do outro lado da Serra do Curral, na cidade de Nova Lima, está a Associação Espírita Pai Benedito de Aruanda. Assim como no Kilombu Manzo, a comunidade de santo²⁵ que se estabeleceu no bairro de Cabeceiras têm suas vidas e estratégias políticas orientadas pelas entidades, especialmente o Preto Velho Pai Benedito.

É através de sua orientação que o terreiro, um dos pioneiros na região, se tornou uma frente na luta pela memória negra e reparação diante de violações exercidas pelas empresas de mineração na região, principalmente a Anglogold Ashanti e seus tentáculos.

“Benedito, Benedito, nego velho mandingueiro, na cabeceira da Serra firmou seu terreiro”

Gabriel Moura

26

A história de Nova Lima é marcada por desigualdades profundas. Atualmente, a cidade tem a maior média salarial do país²⁷ e ostenta condomínios de luxo e edifícios imponentes, que invadem a paisagem e contrastam com o histórico de falta de acesso às terras para a população, sobretudo negra, e os casos de trabalhadores violentados e traumas geracionais que evidenciam as raízes negras da cidade e perturbam narrativas pacificadoras e coloniais de desenvolvimento e qualidade de vida.

A atividade minerária no município se estruturou ao longo de quase dois séculos sob o comando de diferentes grupos econômicos, com forte protagonismo do capital britânico. Em 1834, a Saint John Del Rey Mining Company se instalou na região e abriu as minas Morro Velho e Mina Grande. Após sucessivas mudanças de controle, o comando voltou à inglesa Anglo American, até a fusão, em 2004, com a sul-africana Goldfield Ashanti, que formou a atual AngloGold Ashanti, hoje considerada a terceira maior mineradora de ouro do mundo.

Mas a presença da mineradora não se limita ao subsolo, tampouco às atividades diretamente ligadas à mineração. Em Nova Lima, a AngloGold também é proprietária de extensas

áreas urbanas, incluindo terrenos ocupados por antigas instalações industriais e por moradias, geralmente de famílias de antigos operários, cujos contratos de comodato são mantidos até hoje.

Soma-se a isso o Centro de Memória e o Centro de Educação Ambiental, fundados em 1995 e 2000, respectivamente, dois braços de investimento social da empresa. O início dos anos 2000 marca a adoção, pela corporação, de políticas ambientais e de responsabilidade social que, em Nova Lima, passaram a ser operacionalizadas justamente por meio desses equipamentos. Assim, tais estruturas se convertem em dispositivos que ampliam o alcance do poder corporativo sobre o território, influenciando especialmente a produção de narrativas sobre sua atuação ao longo da história, um grande ponto de tensão e disputa com o terreiro.

Nessa arena, o terreiro de Pai Benedito tem um papel central em escavar a verdade sobre Nova Lima. A metáfora da escavação é utilizada pela comunidade, para se referir ao trabalho de pesquisa que realizam sobre a história da cidade, da sua população e das mineradoras que a dominam há anos.

Não é possível contar a história de Nova Lima sem abordar essas empresas, no entanto, o mais importante que a comunidade de terreiro disputa é a exaltação das agências de pessoas negras e dos trabalhadores, denunciando com veemência a invisibilização das suas histórias e reivindicando a reparação integral pelas perdas e danos causados pela mineração.

A agência política do Terreiro Pai Benedito situa-

-se no campo mais amplo da justiça de transição, que busca responsabilizar violadores de direitos e reparar integralmente danos materiais, simbólicos e ambientais produzidos ao longo do tempo. **Embora essa agenda seja historicamente associada a períodos de autoritarismo estatal e, portanto, focada na responsabilidade do Estado, cresce em todo o mundo o entendimento de que ela também precisa abracer violações cometidas por empresas, especialmente do setor extrativista.**

Desde 2022, tramita o Marco Nacional de Direitos Humanos e Empresas (PL nº 572/2022), que busca responsabilizar legalmente empresas por violações de direitos humanos e ambientais decorrentes de suas atividades. A proposta estabelece obrigações concretas de prevenção, monitoramento, reparação integral e responsabilização de agentes corporativos, além de incentivar a reparação coletiva e a participação ativa das comunidades afetadas. Seus potenciais efeitos sobre práticas abusivas de empresas de diversos setores podem ser decisivos para reduzir a histórica impunidade no sistema de justiça brasileiro, como evidencia o caso de Brumadinho. No entanto, o projeto enfrenta forte resistência no Congresso, revelando, mais uma vez, o alinhamento dos parlamentares com os interesses do capital.

Enquanto isso, as comunidades atingidas por megaprojetos se desdobram para encontrar ferramentas para lutar por reparação integral, responsabilização, memória e verdade.

No Terreiro de Pai Benedito, isso se materializa em três frentes de ação principais:

1) No campo das narrativas, resgatando

criticamente a história da cidade e de suas raízes e heranças negras, dos trabalhadores das minas e seus descendentes;

2) Nas políticas públicas, com a criação da Lei Babá Cida, que tem como fundamento a educação popular para o combate do racismo religioso;

3) No campo material, na luta por reparação financeira e para garantir a participação da população atingida nas tomadas de decisões locais, sobretudo no caso do projeto “Vila Nova”, um empreendimento imobiliário da AngloGold Ashanti, que será construído no local da antiga planta industrial da Mina Grande, onde, hoje, há construções abandonadas e destroços do que foi, no passado, uma das maiores minas de extração de ouro do mundo.

A narrativa da comunidade sobre a memória subterrânea de Nova Lima é apresentada na edição especial do jornal local “A banqueta”, a partir do projeto “Escavando a Verdade”, que denuncia o esforço sistemático de invisibilização e apagamento da face negra da história da cidade, empenhado pelas elites políticas e corporativas da região. A comunidade realizou pesquisas, inclusive dialogando com moradores antigos e resgatando histórias que só a oralidade popular guardou, para compreender a trajetória da mineração em Nova Lima e expor elementos que não aparecem na “história oficial” ou na linha do tempo que a Anglogold Ashanti exibe em seu site e no Centro de Memória.²⁸

O projeto traz à tona questões relacionadas ao trabalho, ancestralidade, mecanismos de dominação e estratégias de luta, recuperando

práticas perversas, que marcam a história da cidade, como a manutenção de relações escravocratas, castigos físicos e pagamentos em sistema de barracão, mesmo após a abolição. Essa é uma prática em que o trabalhador é obrigado a usar seu pagamento em estabelecimentos ligados à própria empresa ou seus aliados. No caso, a Saint John Mining Company entregava uma moeda específica que só poderia ser usada na “Casa Aristide” que vendia todo tipo de produto, com preços abusivos. Segundo relatos da publicação “Escavando a verdade”, na maioria das vezes, não sobrava dinheiro nenhum no fim das compras.

Outra denúncia importante do projeto é de que aconteceram acidentes recorrentes, que deixaram centenas de mortos, com destaque para um desabamento na Mina Velha, em 1886, quando um córrego foi desviado para afogar centenas de trabalhadores sobreviventes, que estavam presos nos escombros. Esse crime ficou marcado na memória da cidade, por sua brutalidade. A jornalista e filha de santo do terreiro, Mariana Lopes, conta que, ao entrevisitar uma moradora antiga da cidade, dona Geralda, soube de uma história que provavelmente se passou neste acidente. “Ela conta que apareceu um galo na boca da mina e cantou três vezes. Uns escravizados ficaram falando ‘ah, vou fazer uma panelada com esse galo’, aí outros falaram ‘isso aí é mau agouro, isso aí é coisa ruim que tá vindo’. Depois apareceram mais pessoas para trabalhar e falaram que viram uma senhora baixinha e pretinha falando para não entrar na minha. Quem acreditou, não entrou. Quem entrou, morreu”.

A Mãe de Santo Janaína Lírio afirma de forma impactante que os seus ancestrais “estão

com a boca cheia de terra” e que até hoje não houve nenhum tipo de responsabilização.

Além disso, aborda de forma sensível os traumas coletivos causados pela mineração. **Nova Lima já foi conhecida como “a cidade das viúvas”, devido a quantidade de mineiros mortos acometidos de silicose**, doença pulmonar causada pela inalação de sílica. “Todo mundo que é da cidade mesmo tem algum familiar que teve silicose. Meu avô, por exemplo, teve”, diz Mariana.

Hoje, também há muitos relatos de adoecimento mental associado às memórias de acidentes e ao medo do que pode acontecer com as dezenas de barragens que cercam a cidade. Placas de rota de fuga, sirenes que tocam em simulações mensais e a experiência de ver cidades próximas sofrerem com rompimentos catastróficos provocam medo e ansiedade constante, que podem levar a doenças como depressão, alcoolismo, pânico, entre outras.

“Todo mundo que é da cidade mesmo tem algum familiar que teve silicose”

Mariana Lopes

A empresa, por sua vez, trata os fatos de forma arbitrária, incorporando em sua narrativa aquilo que convém, como ironiza Mariana: “A Anglogold fala que o passivo não é dela, porque é da Saint John, mas quando ela vai contar os anos de existência da empresa, ela conta os anos de Saint John”.

Diante deste cenário, o Terreiro de Pai Benedito elaborou estratégias múltiplas para enfrentar as artimanhas corporativas. Além da pesquisa e divulgação sobre os porões da empresa, foi realizado, através do projeto “Firma Ponto”, o

o resgate das heranças negras em Nova Lima, abordando além da latente violência, histórias afirmativas e legados culturais. A publicação²⁹, que também se desdobrou em um documentário,³⁰ mostra que os conhecimentos técnicos dos povos africanos, sobretudo da região da Costa da Mina, foram “usurpados” pelas mineradoras britânicas e tiveram papel central no desenvolvimento do setor.

Até hoje, esses saberes marcam a arquitetura, as expressões artísticas e os hábitos da população local. Ao caminhar pelas ruas de Nova Lima, se vê em todo canto uma Espada-de-São-Jorge nas portas das casas e comércios, além de portões, janelas e outros elementos arquitetônicos, moldados na forma de adinkras, símbolos ancestrais usados por povos africanos. A tradição das congadas é outro exemplo dessa influência. O projeto também resgata a história, ainda pouco conhecida, da comunidade Timbuctoo, uma comunidade negra que existiu no bairro Boa Vista e abrigou africanos escravizados nas minas da Saint John Del Rey.

No campo das políticas públicas, uma vitória importante é a conquista da lei municipal Babá Cida, em 2024, que leva o nome da matriarca do terreiro. A lei estabelece um programa de combate ao racismo religioso no município e coloca no calendário da cidade uma série de datas comemorativas ligadas à umbanda e à memória negra, incluindo a daqueles trabalhadores que perderam suas vidas nos acidentes da mina do Morro Velho.

Essa conquista é resultado da atuação dos integrantes de terreiro de Pai Benedito nas esferas de poder de Nova Lima, tanto no âmbito público como no privado.

O papel de Pai Benedito, guia espiritual e mentor político, aparece mais uma vez quando Mãe Janaína Lírio lembra que, assim como no Kilombu Manzo, a entidade orienta sobre a necessidade de “aprender a língua dos brancos” para disputar os espaços e as decisões. Afiançados nessa orientação, o terreiro tem investido em negociações com o poder público e o Instituto Anglogold Ashanti.

Como citado anteriormente, os braços da “responsabilidade social” da empresa operam desde o início dos anos 2000. Anos depois, seguindo uma tendência do capitalismo verde, é criado o Instituto Anglogold Ashanti, em 2025, que fica responsável pela gestão desse setor.

O empresariamento da vida é uma característica do capitalismo neoliberal, no qual a lógica do capital se expande da esfera da produção para todas relações sociais, mediando inclusive direitos fundamentais, como acesso à saúde, moradia e educação. A inovação que surge com o agravamento das mudanças climáticas é que o “selo verde” torna-se um mercado que simula o compromisso com práticas sustentáveis, mas reproduz e expande as frentes de exploração da natureza. No ramo da mineração, a criação de institutos operados pelas empresas torna-se uma prática comum no processo de fechamento de minas e usos futuros, através da qual se mantém relações de poder com os territórios.

Atualmente, grande parte da atuação da empresa é mediada pelo Instituto Anglogold Ashanti, tornando-o um agente central nas decisões sobre o processo de fechamento da Mina Grande e outros ativos da empresa, que incluem grandes porções de terras. Assim, a empresa continua com muita influência no

no ordenamento urbano, inclusive nas decisões sobre habitação e gestão de áreas de preservação ambiental,³¹ ainda que tenha cessado a extração de minérios na área. Essa é uma expressão prática do controle territorial e político que o capital internacional-colonialista mantém no Brasil através das grandes corporações. É nesse controle que a comunidade de terreiro tem se dedicado a infiltrar.

Guardando uma perspectiva crítica sobre a atuação da empresa e considerando de forma realista a disparidade de forças que atuam sobre o território, o Terreiro de Pai Benedito tem adotado como estratégia a negociação, reforçando a necessidade de garantir que a reparação envolva a garantia de recursos materiais para a reprodução dos modos de vida das pessoas impactadas, da população negra novalimense e das comunidades tradicionais.

Para eles, uma das formas de realizar isso é reivindicando um espaço de convivência para povos de matriz africana e moradias populares no projeto “Vila Nova”. O projeto prevê a requalificação da área onde ficava a planta industrial da Mina Velha e da Mina Grande, conjugando a construção de novas estruturas com a manutenção dos remanescentes das instalações. Segundo o projeto, será criada uma área mista de uso residencial, comercial e de preservação ambiental, num modelo de parceria que envolve o poder público, a AngloGold e a construtora Concreto.³²

“Se a gente não dialogar, eles vão fazer do jeito deles mais uma vez”

Mãe Janaína Lírio

Esse é mais um exemplo da infiltração da racionalidade liberal, dessa vez na organização

do espaço urbano, que não é orientado pelo bem-estar coletivo, mas pelo consumo do espaço e para geração de lucro ou outros ativos através dele. Nesse caso, além do ganho com a venda dos terrenos, a AngloGold promove sua propaganda de responsabilidade socioambiental, com um discurso que omite deliberadamente os impactos de quase 200 anos de operação, que incluem a destruição da natureza e a exploração da população, especialmente, dos trabalhadores.

Ao contrário do discurso sobre um suposto compromisso com o desenvolvimento da cidade, fica evidente o descaso com a população negra e empobrecida. A seguir o padrão do que tem sido o desenvolvimento urbano em Nova Lima, será mantida a priorização de moradias e centros comerciais elitizados. Segundo publicação no site da empresa, a previsão é de que as unidades habitacionais custem cerca de R\$ 400.000,³³ um valor pouco acessível, que inviabiliza a presença das classes populares. Dessa forma, se mantém a lógica de exploração do território, não mais pela dinâmica do extrativismo, mas pela especulação e pelo consumo, mantendo também a desigualdade como uma marca.

O Terreiro de Pai Benedito também tem ocupado essa arena, demandando reparação e participação popular. Em sua atuação, constataram que não seria possível negar o diálogo com a AngloGold, dado o poder que a empresa tem na cidade, como declara Mãe Janaína: “Não adianta a gente bater o pé e falar que não vai ter esse empreendimento, porque é quem tem o dinheiro que faz. Eu penso que se a gente não dialogar, eles vão fazer do jeito deles mais uma vez”.

Encarando o desafio de negociar com a empresa que colonizou Nova Lima, a comunidade reflete sobre a necessidade e os limites dessa relação. “Muitas pessoas tem essa ferida e não querem se relacionar com a mineradora. Eu já penso assim: se eu não estabelecer uma relação com ela, como eu vou extrair dela que é meu de direito?”, questiona Mãe Janaina.

A trajetória recente do Terreiro Pai Benedito evidencia que a disputa por memória, verdade e reparação não é um exercício abstrato, mas um processo territorializado de enfrentamento direto às estruturas coloniais e corporativas ainda vigentes em Nova Lima. Ao escavar a história subterrânea do município, a comunidade não apenas expõe violências silenciadas pela mineração, como também reinscreve as presenças negras, operárias e comunitárias no centro da narrativa sobre a cidade. Sua atuação demonstra que a reparação não se limita à responsabilização jurídica ou compensações materiais, mas envolve a reconstrução da dignidade coletiva e a afirmação de modos de vida historicamente atacados.

Nesse sentido, o terreiro opera simultaneamente no campo simbólico, na incidência pública e na disputa institucional, demonstrando que a justiça de transição no Brasil precisa ser ampliada para incluir a responsabilização de agentes econômicos cujas operações foram estruturantes na produção de danos sociais e ambientais ao longo de anos.

A negociação com a AngloGold Ashanti, embora permeada por tensões e assimetrias, expressa uma estratégia madura e consciente: dialogar sem subordinar-se, reivindicar sem ceder princípios e transformar a mesa de negociação em

um espaço de vigilância, enfrentamento e proposição. **Ao reivindicar reparação integral, participação popular e reconhecimento, o Terreiro de Pai Benedito reafirma que não existe justiça territorial e socioambiental sem o protagonismo das comunidades atingidas.**

Sua experiência aponta para a urgência de políticas que enfrentem a impunidade corporativa, fortaleçam o direito à memória e garantam que a transição para um futuro pós-mineração não seja capturada pelo capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos de matriz africana são uma frente que articula a sabedoria ancestral e desenvolve mecanismos sofisticados para incidir contra a ação destrutiva de empresas sobre a Serra do Curral. As experiências do Kilombu Manzo e do Terreiro de Pai Benedito propõem agendas de enfrentamento e reconstrução que tem ecos não somente em seus territórios, mas em Minas Gerais e em todo o Brasil. É preciso destacar que a Serra do Curral, superfície e subsolo, é um bioma complexo, cuja interatividade fornece elementos, como a água, por exemplo, que são indispensáveis. Para essas comunidades, lutar pelos seus territórios é defender o bem estar de toda a população local.

Além disso, estamos em um momento em que desafios como o fortalecimento da extrema direita e as falsas soluções ecológicas avançam aceleradamente e exigem, em resposta, organização e estratégia. Apesar das evidências de articulação criminosa entre poderes públicos e privados, a destruição dos territórios não se dá somente de forma ilícita.

Observamos cada vez mais a institucionalização da exploração intensiva, o desmonte de políticas ambientais e os bens comuns brasileiros sendo utilizados como moeda em mesas de negociação internacionais. É urgente afirmar que a atualização do esquema neocolonial, em que o Sul Global fornece insumos para a descarbonização com a roupagem “verde” das políticas de responsabilidade corporativa de indústrias com grandes impactos socioambientais, não é e não pode ser a solução para a crise climática.

Além do mais, existem setores da sociedade que defendem a valorização utilitária dos povos e comunidades tradicionais, na qual suas tecnologias são apropriados por grandes corporações e/ou para ações e campanhas de sustentabilidade que não passam de fachadas.

O que defendemos, ao contrário disso, é que povos e comunidades e seus territórios tenham acesso a políticas públicas de salvaguarda e mecanismos efetivos de proteção, sem que esse direito restrinja sua autonomia e soberania. Para isso, além de fortalecer mecanismos já existentes, é preciso avançar em direção a garantia do voto à instalação de novos empreendimentos e na responsabilização do estado e das empresas em casos de violação.

Com o agravamento das mudanças climáticas, os povos de matriz africana junto de outras comunidades tradicionais despontam como sujeitos chave na defesa da natureza e dos bens comuns. Seus modos de vida incorporam a dimensão sagrada e encantada da natureza, estabelecendo relações cotidianas e rituais que reconhecem a interdependência entre seres humanos, território e ancestralidade. Essa

compreensão rompe com a abordagem dicotômica que sustenta o pensamento moderno-occidental e sua lógica de exploração ilimitada, recolocando a vida, e não o lucro, como princípio organizador das relações socioambientais.

As trajetórias do Kilombu Manzo e do Terreiro Pai Benedito revelam que enfrentar a destruição dos territórios implica disputar narrativas, tensionar estruturas de poder, exigir responsabilização e construir, ao mesmo tempo, horizontes próprios de futuro.

São experiências que nos convocam a reafirmar que nenhuma transição ecológica é legítima se não for também capaz de romper com os pactos de impunidade que moldaram a relação entre capital e território no Brasil.

Por fim, essas experiências reforçam que existem alternativas concretas. As cosmopercepções afro-brasileiras oferecem chaves poderosas para imaginar e construir outros futuros e atestam os terreiros como espaços de construção política. São caminhos em que a relação sagrada com a natureza e os princípios comunitários contrapõem às lógicas de acumulação e destruição. Revelam que há projetos de vida possíveis, já em curso, capazes de inspirar políticas públicas, iniciativas comunitárias e estratégias de resistência em defesa da justiça e do bem viver.

NOTAS

1 - Minérios raros estão pouco disponíveis e vão para o mercado da tecnologia. Já os essenciais, estão disponíveis em abundância e abastecem sobretudo a indústria - caso do minério de ferro, principal pauta exportadora do Brasil. O maior núcleo de exploração do país fica no Complexo Carajás, no Pará. O segundo, no Quadrilátero-Ferrífero, em Minas Gerais.

2 - Segundo dados do relatório anual do Instituto Brasileiro de Mineração (2024), disponível em: https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2025/03/IBRAM_Relatorio-Anual-2024_completo_web.pdf.

3 - Agência Brasil: “Tragédia de Brumadinho poderia ter sido evitada, segundo ANM” disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/tragedia-de-brumadinho-poderia-ter-sido-evitada-segundo-anm>.

4 - Em 2024 a Vale S.A. firmou uma parceria com o BNDES para criar o Fundo de Participação em Investimentos (FIP) para financiar iniciativas que promovam a exploração de minerais de transição no Brasil. Saiba mais em “Transition minerals, old inequalities in Brazil: Mining, justice and the climate agenda at COP30” disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/briefings/transition-minerals-old-inequalities-in-brazil-mining-justice-and-the-climate-agenda-at-cop30>.

5 - A inclusão do termo “áquifero” destaca o fato de que a região apresenta grande disponibilidade hídrica, devido a sua característica geológica. Isso acrescenta mais uma camada de risco da mineração, relacionada principalmente ao impacto sobre nascentes e águas subterrâneas, que abastecem o estado.

6 - Piauí: “Um soldado das mineradoras na chefia da fiscalização ambiental”, disponível

em: <https://piaui.folha.uol.com.br/um-soldado-das-mineradoras-na-chefia-da-fiscalizacao-ambiental>.

7 - Para saber mais sobre a operação “Rejeitos”, acesse:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-09/policia-federal-prende-diretor-da-agencia-nacional-de-mineracao>

8 - A Fleurs Global Mineração e a Gute Sitcht, que atuam na Serra do Curral, são investigadas na operação. Mais informações em:
<https://www.brasildefato.com.br/2025/09/17/aliado-de-nikolas-ferreira-e-bolsonaro-aparece-em-rede-bilionaria-de-corrupcao-na-mineracao-em-mg>

9 - Cavas são aberturas ou buracos profundos, deixados a céu aberto, resultantes da extração mineral, geralmente deixados após a retirada do minério.

10 - A pesquisadora Magali Cunha do Nascimento denuncia que o fundamentalismo serve ao projeto político neoliberal. Para saber mais, acesse: https://fld.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Fundamentalismo_sPT.pdf

11 - MORAIS, Mariana e JAYME, Juliana. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, 2017. Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, 2017.

12 - Para saber mais sobre o debate dos territórios livres de mineração, acesse o livro “Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo”, produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2022/02/Livro-TLM.pdf>

13 - G1: “Gute Sicht é multada pelo governo de Minas após fiscalização confirmar mineração irregular na Serra do Curral, em BH”, disponível em : <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/05/02/gute-sicht-e-multada-pelo-governo-de-minas-apos-fiscalizacao-confirmar-mineracao-irregular-na-serra-do-curral-em-bh.ghtml>

14 - Metrópoles: “Empresa suspeita de mineração ilegal atuou 6 anos sem licença, diz PF”, disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/empresa-suspeita-de-mineracao-ilegal-atuou-6-anos-sem-licenca-diz-pf>

15 - Brasil de Fato: “Fraude e atividade ilegal: especialistas analisam mineração da Empabra na Serra do Curral”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/30/fraude-e-atividade-ilegal-especialistas-analisam-mineracao-da-empabra-na-serra-do-curral/>

16 - Para conhecer mais sobre a campanha “Tire o pé da minha serra”, acesse: <https://tiraopedaminhaserra.com>

17 - Para saber mais sobre a operação, acesse: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/pf-e-cgu-investigam-esquema-bilionario-de-corrupcao-e-danos-ambientais-em-minas-gerais>

18 - Jornal O Tempo: “Mineradora ‘aniquilou’ córrego e pode ter atingido lençol freático na serra do Curral, diz PF”, disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2025/4/21/mineradora-aniquilou-córrego-e-pode-ter-atingido-lençol-freático-na-serra-do-curral-diz-pf>

19 - Consultor jurídico: “Em defesa de quilombolas, TRF-6 suspende licenças de complexo minerário em MG”, disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-dez-19/defesa-quilombolas-trf-suspende-licencias-mineradora>

20 - Em forma de legislação a OIT foi promulgada pelo Brasil em 19 de abril de 2004, através do Decreto 5.051/2004. Atualmente a convenção está em vigência no Brasil pelo [Decreto no 10.088 de 05 de novembro de 2009](https://www.planalto.gov.br/pt-br/legislacao/decree/2009/10/088.html).

21 - Acesse o protocolo em: [https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-livre-e-informada-do-quilombo-manzo-ngunzo-kaiango-senzala-de-pai-benedito-2025/#:~:text=Pai%20Benedito%20\(2025\)%20Protocolo%20de%20Consulta%20Pr%C3%A9via%20Livre%20e%20Informada%20do%20Quilombo%20Manzo,%20Senzala%20de%20Pai%20Benedito%20\(2025\)&text=Somos%20uma%20fam%C3%A9lia%20kilombola%20descendente,o%20Preto%20Velho%20Pai%20Benedito.](https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-livre-e-informada-do-quilombo-manzo-ngunzo-kaiango-senzala-de-pai-benedito-2025/#:~:text=Pai%20Benedito%20(2025)%20Protocolo%20de%20Consulta%20Pr%C3%A9via%20Livre%20e%20Informada%20do%20Quilombo%20Manzo,%20Senzala%20de%20Pai%20Benedito%20(2025)&text=Somos%20uma%20fam%C3%A9lia%20kilombola%20descendente,o%20Preto%20Velho%20Pai%20Benedito.)

22 - Agencia Brasil: “Povos tradicionais veem avanços e desafios em 30 anos da Convenção 169”, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/povos-tradicionais-veem-avancos-e-desafios-em-30-anos-da-convencao-169>

23 - O projeto de lei conhecido como “PL da devastação” é considerado, por especialistas, um dos maiores retrocessos dos maiores retrocessos ambientais das últimas décadas. Para saber mais, acesse: <https://pacs.org.br/noticia/lula-tem-10-dias-para-vetar-pl-da-devastacao-saiba-porque-veto-total-e-o-ideal/>

24 - Essas práticas são reconhecidas por entidades competentes como Ministério de Desenvolvimento, a UNESCO e o Conselho Nacional de Saúde. Para saber mais acesse a publicação “Alimento: direito sagrado” disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/294.pdf>

25 - Pessoas interligadas por laços espirituais.

26 - Gabriel Moura é liderança da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO), em Belo Horizonte, e parceiro do Terreiro de Pai Benedito. Compôs essa cantiga para o bloco de carnaval “Saravá, seu Benedito”.

27 - G1: “Nova Lima: cidade mineira com maior média salarial do país tem mais de um quinto da população no CadÚnico”, disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/10/14/nova-lima-cidade-mineira-com-maior-media-salarial-do-pais-tem-mais-de-um-quinto-da-populacao-no-cadunico.ghtml>

28 - Baseada no acesso em 04/11/2025, disponível em:

<https://www.anglogoldashanti.com.br/sobre/linha-do-tempo>

29 - Acesse a revista “Firma ponto: saberes circulares” em: <https://heyzine.com/flip-book/828941e8a5.html>

30 - Assista o documentário em: <https://youtu.be/wKo8OBPDbZ4?si=TBIWMyuhGXrb98Q1>

31 - Essa informação é corroborada pelo atual prefeito, João Marcelo Dieguez, em entrevista para o Diário do Comércio, em 2023. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/prefeito-de-nova-lima-fala-sobre-os-desafios-da-cidade-rumo-a-diversificacao-economica>

32 - IBRAM: “Nova Vila: um novo capítulo na história de Nova Lima”, disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/nova-vila-um-novo-capitulo-na-historia-de-nova-lima>

33 - Um comunicado oficial sobre o projeto “Nova Vila” foi publicado no site da empresa em novembro de 2025. Disponível em: <https://www.anglogoldashanti.com.br/nova-vila-um-novo-capitulo-na-historia-de-nova-lima>

EXPEDIENTE

Coordenação: Aline Lima e Yasmin Bitencourt

Pesquisa: Thais Matos

Apoio à pesquisa: Mylena Melo

Transcrição de entrevistas: Laís Barreto

Redação: Thais Matos

Revisão: Aline Lima, Ana Luisa Queiroz, Mylena Melo e Yasmin Bitencourt

Fotos: Mylena Melo

Diagramação: Mylena Melo

Divulgação: Mylena Melo

Entrevistadas/os:

Kilombu Manzo:

• Makota Cassia Kidoialê

• Mam'etu Sessy Luanvy

Helena Dolabela (advogada, antropóloga e assessora jurídica)

Associação Espírita Pai Benedito de Aruanda:

• Baba Cida

• Mãe Janaina Lírio

• João Pedro do Rosário Joaquim

• Mariana Lopes

• Beatriz Magalhães